ANÁLISE DE RÓTULOS DE ALIMENTOS SEM RESTRIÇÃO DE NUTRIENTES, DIET E LIGHT COM OS VALORES APRESENTADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ROTULAGEM

R. M. S.SANTOS¹, C. O. FRANÇA¹, I. G. B. CUNHA², M. B. C. BARBOSA², L. N. A. AZEVEDO³, M. C. C. ALBUQUERQUE³

1- Graduada em Farmácia da Faculdade Pernambucana de Saúde,

2- Docentes da Faculdade Pernambucana de Saúde

3- Discentes da Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS. Recife- PE.

E-mail para contato: larissanegromonte.a@gmail.com

RESUMO – A Resolução 360/03 ANVISA define rotulagem como toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a embalagem do alimento, tendo o rótulo por função orientar o consumidor sobre os constituintes dos alimentos, promovendo escolhas alimentares saudáveis. O objetivo do estudo foi realizar uma comparação de rótulos de alimentos sem restrição de nutrientes, diet e light com os valores apresentados na legislação Brasileira de rotulagem. Foram selecionados 20 rótulos de embalagens de diferentes marcas com as designações: Alimento sem restrição de nutrientes, alimentos diet e alimentos light, estes alimentos foram divididos em quatro grupos diferentes: Grupo 1 (suco de caixa), grupo 2 (biscoito), grupo 3 (gelatina) e grupo 4 (barra de cereal). Foram constatadas 88 irregularidades. Observou-se a necessidade de fiscalização mais rigorosa, pois todos os rótulos analisados apresentaram irregularidades, a fiscalização mais eficaz garantirá a proteção da saúde do consumidor.

Palavras-chave: Rotulagem. Alimentos sem restrição de nutrientes. Legislação brasileira

ABSTRACT - Resolution 360/03 ANVISA defines labeling as any inscription, legend, image or any descriptive or graphic material, written, printed, printed, embossed or lithographed or glued on the packaging of the food, with the label by function guiding the consumer on the constituents of food, promoting healthy food choices. The objective of the study was to compare food labels without restriction of nutrients, diet and light with the values presented in the Brazilian labeling legislation. Twenty different packaging labels were selected with the following designations: Food without nutrient restriction, diet food and light food, these foods were divided into four different groups: Group 1 (box juice), group 2 (biscuit), group three (gelatin) and group 4 (cereal bar). There were 88

irregularities. The need for a more rigorous inspection was observed, since all labels analyzed presented irregularities, the most effective supervision would ensure the protection of consumer health.

Keywords: Labeling. Food without nutrient restriction. Brazilian legislation

1. INTRODUÇÃO

Podemos definir alimento *diet* e *light*, respectivamente, de acordo com as Portarias da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) do Ministério da Saúde (MS) nº 29/1998 e nº 27/1998, que conceitua *diet* como alimento especialmente formulado ou processado, nos quais se introduzem modificações no conteúdo de nutrientes, adequados à utilização em dietas diferenciadas e/ou opcionais, atendendo às necessidades de pessoas em condições metabólicas e fisiológicas específicas, aplica-se aos alimentos para fins especiais (Brasil, 1998b), a Portaria SVS/MS nº 27/1998 refere-se ao termo *light* como qualquer representação que afirme, sugira ou implique que um alimento possui uma ou mais propriedades nutricionais particulares, relativas ao seu valor energético e/ou seu conteúdo de proteínas, gorduras, carboidratos, fibras alimentares, vitaminas e/ou minerais (Brasil, 1998a), aplica-se a alimentos produzidos, comercializados e embalados na ausência do cliente e prontos para consumo, diferentemente dos alimentos *diet* e *light* os alimentos sem restrição de nutrientes são alimentos que não possuem redução de um determinado nutriente, e não são destinados para fins especiais. (Brasil, 1998a)

A Instrução Normativa da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) nº 30/99 aborda sobre alimento *diet*, no qual aplica-se à bebida dietética e a de baixa caloria, sem finalidade medicamentosa, terapêutica, ou para fins especiais (Brasil, 1999), de acordo com esta instrução normativa a bebida dietética é definida como bebida não alcoólica e hipocalórica, devendo ter o conteúdo de açúcares adicionados normalmente na bebida convencional, inteiramente substituído por edulcorantes hipocalóricos ou não calóricos, naturais ou artificiais, com teor de açúcares (monossacarídeos e dissacarídeos) menor que meio grama por cem mililitros da bebida pronta para consumo. (Brasil, 1999)

As informações contidas nos rótulos de embalagens dos alimentos sem restrição de nutrientes, *diet* e *light* são de extrema importância para os indivíduos que os consomem, principalmente os *diet* e *light* que são destinados para pessoas que apresentam necessidades nutricionais específicas, e através da rotulagem se estabelece uma ligação entre as empresas alimentícias e consumidores que almejam melhores informações sobre o produto que comprem (Associação Brasileira de Embalagens, 2007), pois a rotulagem dos alimentos auxilia o consumidor sobre a qualidade e a quantidade dos constituintes nutricionais dos produtos, auxiliando assim escolhas alimentares mais adequadas (Araújo & Araújo, 2001a), o rótulo além de fornecer informações essenciais como peso, ingredientes e instruções, de acordo com regulamentações governamentais, possui a atribuição de provocar a atenção e a vontade de aquisição do consumidor (Araújo & Araújo, 2001a).

A Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 360/2003 define rotulagem como “toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a embalagem do alimento” (Brasil, 2003), na qual aborda sobre rotulagem nutricional obrigatória de alimentos e bebidas embalados, aplica-se a alimentos e bebidas produzidos, comercializados e embalados na ausência do cliente e prontos para consumo (Brasil, 2003), já a Resolução ANVISA nº 259/02 trata sobre rotulagem de alimentos embalados,

sendo aplicada a todo alimento que seja produzido, comercializado, e embalado na ausência do cliente e pronto para oferta ao consumidor. (Brasil, 2002)

Dentre as normas básicas da Legislação Brasileira de Rotulagem está incluso o acesso útil e confiável dos rótulos, dentro deste contexto a ANVISA tem o papel primordial de estabelecer normas e fiscalizar o cumprimento das mesmas frente à rotulagem de alimentos (Câmara et al., 2008).

Vale ressaltar que as legislações que regulam os alimentos *diet* e *light* estão de acordo com as políticas públicas do Ministério da Saúde. Por conseguinte, a qualidade e a veracidade das informações contidas nos rótulos dos alimentos devem ser priorizadas, permitindo à população o acesso correto e fidedigno às informações. (Brasil, 1998b; Brasil, 2012; Câmara et al, 2008) O objetivo do estudo foi realizar uma comparação de rótulos de alimentos sem restrição de nutrientes, *diet* e *light* com os valores apresentados na legislação Brasileira de rotulagem.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O referido estudo foi realizado no município de Recife-PE no período de 1/5/2015 a dia 15/5/2015, foram selecionados 20 rótulos de embalagens de alimentos de diferentes marcas com as designações: Alimento sem restrição de nutrientes, *diet* e *light*. Estes alimentos foram divididos em quatro grupos diferentes conforme o quadro 1, para análise dos rótulos foram elaboradas tabelas com base nas Resoluções nº 259/02 ANVISA e nº 360/03 ANVISA, Portarias SVS/MS nº 27/98 e SVS/MS nº 29/98 e Instrução Normativa SDA nº 30/99.

Quadro 1- Divisões dos grupos de alimentos *diet* e *light* segundo os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 259/02 ANVISA e nº 360/03 ANVISA, Portarias SVS/MS nº 27/98 e SVS/MS nº 29/98 e Instrução Normativa SDA nº 30/99.

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	Obs.: Cada tabela foi construída baseando-se em 5 legislações vigentes, separadas por seus respectivos grupos.
ANÁLISE DOS RÓTULOS DOS SUCOS DE CAIXA	ANÁLISE DOS RÓTULOS DAS GELATINAS	ANÁLISE DOS RÓTULOS DOS BISCOITOS	ANÁLISE DOS RÓTULOS DAS BARRAS DE CEREAIS	

Resolução nº 259/02 ANVISA	Rotulagem de alimentos embalados
Resolução nº 360/03 ANVISA	Rotulagem nutricional obrigatória de alimentos e bebidas embalados
Portaria SVS/MS nº 27/98	Informação nutricional complementar (alimentos <i>light</i>)
Portaria SVS/MS nº 29/98	Alimentos para fins especiais (alimentos <i>diet</i>)
Instrução Normativa SDA nº 30/99	Fixação dos padrões de identidade e qualidade para a bebida dietética e a de baixa

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 20 rótulos analisados dos produtos alimentícios, 45% eram dos rótulos de produtos *light*, 35% eram da categoria *diet* e 20% dos alimentos sem restrição de nutrientes. Do total de rótulos verificados foram constatadas 88 irregularidades divididas por grupos (de 1 a 4), sendo 14,77% no grupo 1 (sucos de caixa), 18,18% das inadequações presentes no grupo 2 (gelatina), 39,77% das irregularidades constatadas do grupo 3 (biscoito) e 27,27% das não-conformidades encontradas no grupo 4 (barra de cereais). Em todos os rótulos, observou-se não-conformidades frente as Legislações vigentes; Resolução nº 259/02 ANVISA, Portaria SVS/MS nº 27/98, Portaria SVS/MS nº 29/98 e Instrução Normativa SDA nº 30/99, com exceção da RDC nº 360/03, sendo a única que apresentou conformidades em todos os rótulos analisados (Figura 1). Das 88 irregularidades constatadas divididas por categoria *diet*, *light* e sem restrição de nutrientes, verificou-se 53,40% da categoria (*diet*), 37,5% das não-conformidades da categoria (*light*) e 9,09% das inadequações da categoria (sem restrição de nutrientes) (Figura 1).

As principais irregularidades encontradas foram: Ausência do endereço completo do fabricante/produtor, ausência da denominação de venda, nome ou razão social e endereço do importador, endereço completo do fabricante/produtor, número de registro do produto (segundo a Resolução nº 259/02 ANVISA), alto teor de sódio; valor energético; açúcares e gorduras saturadas (segundo as Portarias SVS/MS nº 27/98 e SVS/MS nº 29/98) e a ilegibilidade da palavra sem adição de açúcares (segundo a Instrução Normativa SDA nº 30/99).

Figura 1- Irregularidade dos rótulos de embalagens dos produtos alimentícios analisados segundos as resoluções vigentes.

Smith et al. (2010) em um estudo sobre rotulagem de alimentos verificaram que dos 52 rótulos analisados, 80,8% apresentaram no mínimo um tipo de não-conformidade frente à legislação vigente, e apenas 19,2% estavam plenamente de acordo com o estabelecido na Legislação Brasileira. Em estudo similar à análise da rotulagem de produtos alimentícios *diet* e *light*, Câmara et al. (2008) verificaram os rótulos de setenta e cinco alimentos e observaram inadequações em 100% das amostras, onde se constatou a presença de dois ou mais erros por rótulo.

No presente estudo foi encontrado ausência do endereço completo do fabricante/produtor (grupo 3 – biscoitos), ausência do número de registro do produto (grupo 2 – gelatinas e grupo 4 – barras de cereais). De acordo com a Resolução nº 360/03

ANVISA que trata da rotulagem nutricional obrigatória, a disposição das informações de valor energético, valor de carboidratos, proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, gordura trans, fibra alimentar e sódio devem estar presentes em todos os rótulos de alimentos, e ao confrontar os rótulos de todos os grupos com a legislação grupo 1 (sucos de caixa), grupo 2 (gelatinas), grupo 3 (biscoitos), grupo 4 (barras de cereais) verificou-se adequação em 100% da amostra.

Smith et al. (2010) verificaram que 61,5% dos 52 rótulos analisados apresentaram não-conformidades em relação a informação nutricional presente na Resolução nº 360/03 ANVISA, por conseguinte, a qualidade e a veracidade das informações contidas nos rótulos dos alimentos devem ser priorizadas, permitindo à população o acesso correto e fidedigno às informações nutricionais (Brasil, 2008; Brasil, 2012).

Das irregularidades que mais estiveram presentes de acordo com a Portaria SVS/MS nº 27/98 que dispõe sobre alimentos *light* e a Portaria SVS/MS nº 29/98 que aborda sobre alimentos *diet* foram o alto teor de; valor energético, dentre eles, o principal valor encontrado no grupo 2 (gelatinas) apresentou 25 kcal em uma porção de 30 g, porém, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 29/98 o valor máximo é de 4 kcal em uma porção de 100 g, açúcares que apareceu em vários rótulos, sendo o que mais se destacou foi o valor encontrado no grupo 1 (sucos de caixas) que apresentou 49 g em uma porção de 335 mL, porém, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 27/98 o valor máximo é 5 g de açúcares em uma porção de 100 mL e o sódio encontrado no grupo 3 (biscoitos) apresentando o valor mais elevado de 151 mg em uma porção de 100 g porém, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 27/98 o valor máximo é 5 mg de açúcares em uma porção de 100 g.

Garcia e Carvalho (2011) verificaram que dos 27 rótulos foram encontrados 88,9% não-conformidades dos alimentos para fins especiais, cuja principal inadequação foi a ausência de declaração do conteúdo de açúcares na rotulagem vigente, este fator também esteve presente nesse estudo, pois em uma amostra do grupo 3 (biscoito da categoria *light*) não há presença do açúcar nas informações nutricionais e nem a frase “não contém quantidade significativa de”, porém, está escrito açúcar mascavo nos ingredientes.

Em estudo similar, Silva et al. (2010) constataram que a maioria dos produtos analisados (77%) continham quantidades excessivas de sódio, ou seja > 120 mg de sódio por 100 g ou 100 ml de alimento, apresentando inadequação nutricional.

Estudos de Brown et al. (2009), Anderson et al. (2010) e Webster et al. (2011) relataram que ao redor do mundo o consumo de sódio de alimentos no geral (sem restrição de nutrientes, *diet* e *light*) encontra-se acima das recomendações. Logo o investimento na restrição do sal deve ser o foco de atuação da saúde pública (Bibbins-Domingo et al., 2010)

Sobre a denominação de venda, no presente estudo foram encontradas não-conformidades, como por exemplo no grupo 1 (sucos de caixa) que veio escrito no painel principal da embalagem apenas a frase “bebida de blueberry” que por se tratar de uma bebida, não há como identificar a verdadeira natureza do alimento, se é um suco, refresco ou néctar, já que segundo Venâncio & Martins (2012) A diferença entre os líquidos está relacionada ao teor do suco de fruta presente na bebida envasada, sucos devem conter 100% de fruta in natura, portanto, trata-se de um produto puro, sem conservantes ou adoçantes e sem corantes artificiais, na categoria de néctar, a bebida envasada possui um menor conteúdo de suco puro, pois o mesmo pode conter adoçantes, corantes e conservantes, já o refresco o conteúdo de suco na bebida envasada é abaixo de 25%

Conforme a Instrução Normativa SDA nº 30/99 o grupo 1 (sucos de caixa) apresentou uma não-conformidade grave; a ilegibilidade da palavra sem adição de

açúcares (a cor da escrita é semelhante a cor da embalagem) o que traz um risco considerável por se tratar de uma bebida dietética.

Assim, é possível afirmar que a informação contida nos rótulos é fundamental para a segurança alimentar, uma vez que permite a avaliação dos produtos industrializados, tais informações tornam-se ainda mais relevante no caso dos alimentos classificados como *diet* e *light*, que, portanto, deveriam sofrer maior rigor no cumprimento das exigências legais que os envolvem. (Câmara, 2007)

Vale destacar sobre a irregularidade presente no grupo 3 (biscoito) em relação a denominação de venda do alimento, que violou a regra básica da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 259/02 da resolução vigente, que segundo a mesma os alimentos embalados não devem ser descritos ou apresentar rótulo que: utilize vocábulos, sinais, denominação, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ilegível ou que possa induzir o consumidor a erro, confusão ou engano, em relação a verdadeira natureza, composição, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, rendimento ou forma de uso do alimento. E no painel principal consta a frase baixo teor de sódio, porém a quantidade de sódio está muito acima (44 mg de sódio em uma porção de 30 g) da faixa permitida pela Portaria SVS/MS Nº 29/98 que atribui o máximo de 5 mg sódio/100 g (Imagem 3).

As inadequações observadas podem induzir o consumidor ao uso incorreto dos produtos. Sendo assim é necessária fiscalização dos órgãos responsáveis, de modo a assegurar que os rótulos alimentares forneçam informações de acordo com as normas adotadas para cada tipo de alimento. (Mendes et al., 2011)

4. CONCLUSÃO

Em todos os 20 rótulos analisados, observou-se não-conformidades frente das Legislações Vigentes; Resolução nº 259/02 ANVISA, Portaria SVS/MS nº 27/98, Portaria SVS/MS nº 29/98 e Instrução Normativa SDA nº 30/99, com exceção da Resolução nº 360/03 ANVISA, sendo a única que apresentou conformidades em todos os rótulos selecionados. Uma das principais observações deste estudo é que existem muitas inadequações presentes nos rótulos de alimentos (principalmente os da categoria *diet* e *light*), pois das 88 irregularidades verificou-se 53,40% da categoria (*diet*), 37,5% das não-conformidades da categoria (*light*) e 9,09% das inadequações da categoria (sem restrição de nutrientes) no qual o direito do consumidor a alimentação mais saudável não está totalmente assegurado apenas pelo rótulo. Em relação aos alimentos *diet* e *light*, por se tratar de alimentos com nutrientes restritos, estes deveriam sofrer maior rigor no cumprimento das exigências legais que os envolvem. A disposição correta das informações presentes nos rótulos contribuirá para que o consumidor tenha segurança quanto ao produto que adquire, as inadequações observadas podem induzir o consumidor ao uso incorreto dos produtos, sendo assim é necessária fiscalização dos órgãos responsáveis. Diante do exposto, verifica-se que apesar das legislações brasileiras de rotulagem de alimentos serem obrigatórias, há ainda a necessidade de maior fiscalização para cumprimento das normas estabelecidas.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. M. F.; ARAÚJO, W. M. C. Adequação à legislação vigente da rotulagem de alimentos para fins especiais dos grupos alimentos para dietas com restrição de

carboidrato e alimentos para dieta de ingestão controlada de açúcares. **Higiene Alimentar**, 15(82), 2001a.

SCHULZINGER, G. **Comitê de design**: o valor do design, Associação Brasileira de Embalagens 2007. Disponível em: <<http://www.abre.org.br/comitesdetrabalho/design/valor-do-design/>>. Acesso em: 21 jun 2015.

BIBBINS-DOMINGO, K. Et al. Projected effect of dietary salt reductions on future cardiovascular disease. **N Engl J Med** ; 362:590-599, February 18, 2010.

BRASIL, et al. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Resolução RDC nº27, de 13 de janeiro de 1998. Aprova o '**Regulamento técnico referente à informação nutricional complementar**'. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/394219/PORTARIA_27_1998.pdf/72db7422-ee47-4527-9071-859f1f7a5f29>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Resolução RDC nº29, de 13 de janeiro de 1998. Aprova o '**Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de alimentos para fins especiais**'. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/394219/PORTARIA_29_1998.pdf/49240642-4002-48f4-8213-a1b74aa4bd32>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BRASIL. Resolução RDC nº30, de 27 de setembro de 1999. Aprova o '**Regulamento técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade para a bebida dietética e a de baixa caloria**'. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.sucodevadoBrasil.com.br/legislacao/instrucao_normativa_n30_de_27_de_setembro_de_1999_bebida_dietetica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

BRASIL. Resolução RDC nº259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o '**Regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados**'. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC_259_2002.pdf/e40c2ecb-6be6-4a3d-83ad-f3cf7c332ae2>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Resolução RDC nº360, de 23 de dezembro de 2003. Aprova o '**Regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados**'. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0360_23_12_2003.pdf/5d4fc713-9c66-4512-b3c1-afee57e7d9bc>. Acesso em: 30 jun. 2015.

CÂMARA, M. C. C.; MARINHO, C. L. C.; GUILAM, M. C. R. Análise crítica da rotulagem de alimentos Diet e Light no Brasil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, 1(16), 35-52. 2008.

GARCIA, P. P. C.; CARVALHO, L. P. S. Análise da rotulagem nutricional de alimentos Diet e Light. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, 15(4), 89-103, 2011.

MENDES, M. B.; ABREU, E.S.; CHAUD, D.M.O. Avaliação de Rótulos de alimentos diet e light comercializados em um empório da cidade de São Paulo. **Ver. Simbologias**, v. 4. N.6.Dez/2011.

SMITH, A. C. L. **Rotulagem de alimentos**: avaliação da conformidade frente à legislação e propostas para a sua melhoria. Dissertação (Pós-graduação em Ciências dos Alimentos) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

VENÂNCIO, A. A.; MARTINS, O. A. Análise química de diferentes marcas de néctares e suco de laranja comercializada na cidade de Cerqueira César – São Paulo. **Revista Eletrônica de Educação e Ciência (REEC)**, 2(3):45-50, 2012.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS) que disponibilizou recursos para a realização do projeto.